

Dante fala em golpe e lembra Tancredo

Presidente da OAB critica a Constituinte

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Hermann Baeta, criticou ontem a morosidade dos trabalhos constitucionais, denunciando a existência de uma manobra, praticada por políticos profissionais, na tentativa de desviar a atenção popular do tratamento empreendido pelo Governo Federal diante das questões de ordem econômica. Pregou ainda uma urgente renovação de lideranças políticas, além de eleições diretas em novembro/88 para presidente da República, coincidindo com os pleitos para o Congresso Nacional, como saídas para a crise política e econômica por qual atravessa o país.

"Se não existir uma harmonia política, não será possível debelar a crise econômica", disse o advogado. Neste raciocínio, Baeta teve críticas aos enfoques que, hoje, predominam na pauta de debates dos Constituintes: mandato presidencial, definições de cargos de lideranças e direções das comissões, além da própria soberania.

"O que existe é uma ambição no sentido político, uma verdadeira guerra de posições, revelando uma tremenda incapacidade na resolução dos problemas nacionais", desabafou.

Prioridades

Limitação da remessa de lucros para o exterior, disciplina da capitalização estrangeira no território nacional, relações econômicas internacionais, reforma agrária e dívida externa e interna foram assuntos indicados por Herman Baeta como prioritários, e que até o momento, não foram objeto de discussões dos constituintes.

O advogado se mostrou preocupado com a dificuldade que o governo está tendo com a administração das greves, criticando a utilização da força militar. "Estes sinais de repressão são preocupantes, porque fazem o jogo que só interessa às forças autoritárias e represivas", disse.

A saída indicada por Baeta é a organização popular e das lideranças sindicais no sentido de evitarem um choque com a polícia.

O ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, rejeitou ontem a tese de que o mandato do presidente José Sarney está definido na Constituição vigente como de seis anos: "Mandato de seis anos é golpe, é desprezar os compromissos assumidos pela Aliança Democrática nas praças públicas e desprezo a Tancredo Neves".

Dante fez a declaração ontem, na porta do gabinete de Ulysses Guimarães, oportunidade em que entregou à Executiva do PMDB uma proposta de realizar plebiscito para a definição do mandato presidencial. O ministro, sem qualquer reserva, disse que o governo Sarney tem o compromisso de ser de transição e que Tancredo Neves sempre defendeu o prazo de quatro anos.

A proposta de plebiscito não é bem recebida pela direção do PMDB nem pelo Governo Federal. Ambos temem que, diante da impopularidade atual da administração federal, saia da consulta um indicativo de eleições diretas imediatas e que Dante estaria jogando para recuperar sua bandeira das

diretas-já. Com esse objetivo tentaram sugerir ao ministro sua não apresentação.

Dante não escutou. Diante de muita insistência fez uma reformulação. O plebiscito não será aberto a toda população, mas, apenas, aos diretórios do PMDB a nível municipal, estadual e nacional.

Mesmo com a reformulação, a proposta não agrada a Ulysses Guimarães que ficou de dar resposta posteriormente. Um dos seus assessores, no entanto, disse que a medida poderia ser prejudicial ao autor, pois a máquina partidária, principalmente a controlada pelos governadores do Rio, São Paulo e Minas Gerais, está interessada no mandato de seis anos, aproveitando para perguntar: "Será que a aprovação do mandato de seis anos faria o Dante deixar o partido para não se comprometer com o golpe?". Recordou-se que na semana passada Dante sugeriu a renúncia coletiva, do ministério, o que pode estar fazendo individualmente.

PFL vai examinar o rompimento da Aliança

Pressionado pela bancada, o presidente interino do PFL, deputado Maurício Campos (MG), já decidiu iniciar discretamente sondagens junto às lideranças na Câmara e no Senado quanto à conveniência de se convocar ainda para este mês uma reunião do Diretório Nacional do partido para discutir a possibilidade de rompimento com o PMDB. A par disso, três ministros do PFL — Jorge Bornhausen, Marco Maciel e Aureliano Chaves — tentam encontrar, ainda esta semana, uma solução para o impasse gerado em torno da presidência do partido, com a determinação cada vez mais acentuada do senador Guilherme Palmeira de não mais retornar ao cargo.

São dois problemas que se tentou adiar até que fatos novos provocassem soluções naturais, o que não ocorreu até agora. Na verdade, embora considerada "inconveniente" por parcela do partido, a discussão imediata quanto à direção que os liberais devem tomar em relação ao governo também motiva boa parte dos parlamentares, alguns deles já preocupados em articular-se neste sentido, como os alagoanos José Thomaz Nonô e Alberico Cordeiro e o mineiro Humberto Souto. A velha disputa entre a ala macielista (ligada a Marco Maciel) e aureliana também pesa na decisão: enquanto Aureliano Chaves estaria mais inclinado em recomendar "cautela" nessa discussão, o ministro Marco Maciel já admitiu abertamente em conversa com deputados que uma discussão ou até mesmo a realização de uma convenção nacional seria uma forma de "oxigenar" o PFL.

O anúncio de Palmeira de que admitia estudar a hipótese de reassumir a presidência teve, entre outros, o objetivo de dar tempo à direção nacional



Campos inicia consultas logo

de encontrar soluções que impedissem uma divisão interna da sigla, mas o senador já teria comunicado aos ministros pefelistas que sua determinação é de que seja encontrada uma solução que não passe pelo seu nome. Esta solução poderá, em última hipótese, resultar da própria reforma ministerial, com a possibilidade de um ministro demissionário vir a assumir o comando partidário. E praticamente certo, de qualquer modo, que nem Guilherme Palmeira nem Maurício Campos ficarão no comando, já estando inclusive superada uma primeira impressão manifestada por Aureliano Chaves de que era uma ação política contra ele a determinação de afastar seu conterrâneo Maurício Campos, que teria partido do grupo macielista.

PMDB tem estratégia para arrumar aliados

O líder do governo na Câmara, Carlos Santana (PMDB-BA), admitiu ontem que está "costurando" junto aos coordenadores de bancadas do PMDB a ampliação da base de apoio político do presidente Sarney dentro do partido majoritário na Assembleia Constituinte. Já a busca de aliados em outras agremiações como o PTB (19 constituintes) e o PL (6) está sendo articulada pelo próprio presidente e o chefe do Gabinete Civil, ministro Marco Maciel.

O deputado Carlos Santana vem trabalhando para obter um sólido apoio dentro do PMDB ao presidente Sarney, porque o partido é muito "heterogêneo", o que significa que o governo não possui uma base fiel entre os peemedebistas. A missão do líder visa também superar as disputas entre o PMDB e o PFL, evitando o esfriamento da Aliança Democrática, o que contribuiria para o enfraquecimento da base política do governo na Constituinte.



Líder: governo sem base fiel

Andrada denuncia "complô"

Por entender que há um "complô" contra o Poder Legislativo, o deputado José Bonifácio de Andrada e Silva (PDS-MG) está ameaçando entrar, nos próximos dias, com um mandato de segurança no Supremo Tribunal Federal, contra o presidente Humberto Lucena e demais membros da mesa diretora do Senado Federal.

Com o mandato, o deputado pretende garantir o funcionamento do Congresso Nacional às segundas-feiras, conforme determinam os artigos 83 e 84 do Regimento Interno da Constituinte, visando principalmente a apreciação e votação de diversos decretos-leis, "que hoje se amontoam na secretaria do

Segundo o raciocínio de Santana, os coordenadores de bancadas têm uma representatividade muito grande, uma vez que foram escolhidos pelos parlamentares dos seus estados. "A maior expressão das bancadas são os seus coordenadores e, na impossibilidade de reunir todos os parlamentares, é por intermédio deles que podemos saber como pensam os demais integrantes da representação", avaliou o deputado. Ele não descarta, no entanto, que está articulando também individualmente com deputados e senadores, mas o seu trabalho está concentrando-se em torno dos coordenadores.

Nas suas conversas com os peemedebistas, Carlos Santana tem insistido que ao PMDB só resta assumir sua condição de partido no governo e passar de crítico a formulador de uma política governamental, porque será dessa maneira que ele vai ser julgado pela opinião pública.

— O PMDB tem de se estruturar e apresentar ao governo sua colaboração concreta e objetiva de ação governamental, e deixar de ser um partido apenas crítico e avaliador dos fatos consumados produzidos pelo Executivo", sustentou o líder, completando que o governo fica mais próximo do PFL do que do PMDB porque o partido não saiu da indefinição e partiu para a ação concreta que o presidente deseja.

Ao presidente Sarney e ao ministro Marco Maciel caberia buscar aliados fora da Aliança Democrática, como o PTB e o PL. O PTB já vem apoiando informalmente o governo no Congresso e pede, para ampliar sua sustentação, um ministério e o governo do território de Roraima. O PL possui uma bancada reduzida de apenas seis constituintes. Há ainda o PCB com três parlamentares, que tem adotado uma posição de apoio crítico às ações governamentais.

Congresso".

Se o Congresso não funcionar, analisa o deputado pedessista, "os parlamentares estarão feridos nas suas prerrogativas de apreciar os decretos-leis". Entre eles, lembrou, está o que instituiu o empréstimo compulsório sobre a venda de automóveis e gasolina, que o líder do PDS, deputado Amaral Netto pretende ver apreciado e votado no mais curto espaço de tempo.

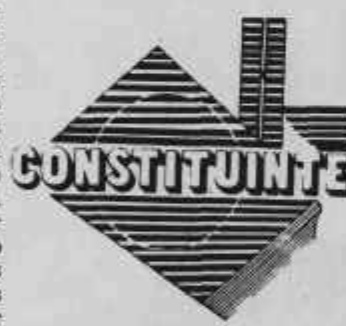
Bonifácio de Andrada avisou que hoje voltará a se pronunciar sobre o assunto, tentando sensibilizar o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, para que o regimento interno seja obedecido.



Ao assumir, Dante já achava que governo Sarney era de transição

Acordo define cargos para as 9 comissões

O PMDB e o PFL fecharam acordo ontem definindo a distribuição de presidências e cargos de relatores das nove comissões constitucionais. A execução da Comissão do Sistema Eleitoral, que fica com o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), todas as demais presidências serão ocupadas por constituintes da Frente



PMDB, insatisfeitas com as indicações feitas por Covas Para a Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, o PFL indicou o deputado Mário Assad (PFL-MG). O deputado José Thomaz Nonô (AL) ficará com a de Organização do Estado. A de Organização dos Poderes

Liberal. Já os postos de relator caberão todos a peemedebistas.

O acordo foi celebrado ontem à noite pelo senador Mário Covas (PMDB-SP) e o deputado José Lourenço (PFL-BA), líderes dos dois partidos na Constituinte. Ficou definido ainda que aos pefelistas serão entregues cinco cargos de relator quatro presidências e 11 vice-presidências de subcomissões.

Ambos os líderes consideraram o entendimento como uma "vitória" para sua legenda. Entretanto, Covas passou boa parte da noite buscando acertar com diversos parlamentares peemedebistas as indicações do partido para os cargos de relator das oito comissões ordinárias. Alguns de seus vice-líderes manifestaram preocupação com a agitação entre diversas bancadas estaduais do

e Sistema de governo será presidida pelo deputado Oscar Correa Júnior (MG). A Comissão do Sistema Tributário, terá como presidente o deputado Francisco Dornelles (RJ). A disputadíssima Comissão de Ordem Econômica terá a presidência o deputado José Lins (CE), a de Ordem Social, o deputado Edme Tavares (PB), enquanto seu conterrâneo, senador Marcondes Gadelha, presidirá a da Família, Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Já o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) presidirá a Comissão de Sistematização.

No final da tarde de hoje os dois líderes partidários voltam a se reunir para definir a distribuição de cargos das subcomissões.

Nomes começam a ser escolhidos

Os constituintes começam a escolher a partir das nove horas de hoje e até o final da manhã de sexta-feira os nomes dos parlamentares que irão ocupar as presidências, vice-presidências e os cargos de relator de nove comissões e 24 subcomissões. A realização dos pleitos obedecerá aos prazos determinados pelo Regimento Interno da Constituinte.

Durante todo o dia de hoje, os 504 constituintes que participam das oito comissões ordinárias irão eleger o presidente, dois vice-presidentes e um relator para cada uma dessas

comissões. Os cargos foram distribuídos proporcionalmente, de acordo com o entendimento mantido pelos líderes, que se reuniram até altas horas da noite de ontem. Amanhã, os constituintes se distribuirão pelas subcomissões — cada comissão tem três — e elegerão seus presidentes, vice-presidentes e relatores. O processo será encerrado na sexta-feira, quando os 89 membros da Comissão de Sistematização, deverão sufragar o nome do senador Afonso Arinos (PFL-RJ) para a presidência e o de um peemedebista para o posto de relator.

Fogaça condena a indefinição do seu partido

Não é o momento de esperar definições do governo, mas sim do próprio PMDB, que deve superar sua crise de identidade e lançar-se à tarefa de propor uma saída para o país.

Esta é a síntese de uma pesada autocrítica que o senador gaúcho José Fogaça levou ontem à reunião da executiva nacional do partido, como sustentação a sua proposta de convocação de uma convenção nacional, no fim de abril ou início de maio, defina a postura do PMDB em relação ao governo e aos principais temas da Constituinte, como a duração do mandato do presidente José Sarney.

— E do PMDB que o país espera o comando, o rumo, o caminho, a direção — afirma Fogaça, num documento de vinte páginas que entregou à executiva. "Se o PMDB abrir mão desse cargo histórico será acusado de convivência com o pior, por omissão. Sair do governo e passar para a oposição seria não mais que uma opção individual, egoísta, pequena e oportunista, apenas para salvar a própria pele, deixando que o país se dane".

Ligado a ala progressista do PMDB, fogaça participou do grupo que levou o senador Mário Covas à liderança do partido na Constituinte. Eleito pela primeira vez em 1978 para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, apoiado principalmente no voto dos jovens — de quem se aproximou como compositor, professor de cursinho pré-vestibular e apresentador de programas de televisão —, passou a deputado federal em 1982. Agora na Constituinte, defende a renovação do partido.

Para Fogaça, a crise econômica, o mandato do presidente José Sarney, a manutenção da Aliança Democrática e as definições sobre os temas mais importantes da Constituinte são questões que "colocam o PMDB contra a parede e jogam a sua imensa bancada, de 305 constituintes, num estado radical de perplexidade e impotência".

A solução para o impasse, acredita, estaria na convocação de uma convenção nacional do partido, que mobilizaria as suas bases na discussão sobre esses temas e forneceria subsídios à bancada constituinte para tomar posições mais firmes.

Deputados têm divergências sobre mandato

O presidente da Assembleia Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, tem dito que a maioria peemedebista é favorável a um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique, diz que a maioria defende quatro. Uma consulta entre 35 dos 63 membros da Comissão de Organização dos Poderes — entre eles 18 peemedebistas — mostra que Ulysses e Fernando Henrique podem ter uma desagradável surpresa: 15 preferem seis anos para Sarney, sete optam por quatro anos, cinco ainda não decidiram e nenhum optou por um mandato de cinco anos.

O provável relator geral desta comissão, deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), não quis adiantar sua posição pessoal e acredita que somente durante os debates poderá ser fixada uma tendência geral de seus integrantes. Alguns constituintes, como o deputado Lúcio Alcântara (PFL/CE), acham que o mandato do presidente Sarney deve ter a mesma duração de seus sucessores, enquanto outros, como o senador Leite Chaves (PMDB/PR), defendem quatro anos para os futuros presidentes mas querem assegurar seis para Sarney.

Ainda não existe, na comissão, uma tendência manifestada a respeito do sistema de governo a ser adotado na nova Constituição. Dos 35 parlamentares ouvidos, 18 preferem o parlamentarismo e 15 o presidencialismo. Dois não quiseram opinar. Entre os defensores do parlamentarismo, a maioria rejeita sua forma clássica, sugerindo, como o deputado Agassiz de Almeida (PMDB/PB), uma fórmula híbrida, adaptada às condições brasileiras e à tradição de um presidente forte.

A tendência dos defensores do parlamentarismo é propor um mandato mais longo para o presidente da República, que terá seu poder limitado por um primeiro-ministro e um legislativo forte.

Essa última característica é citada também pelos defensores do presidencialismo, que vêem no sistema de governo atual uma hipertrofia do estado. Apenas um constituinte vai lutar para manter o modelo atual. E o senador Alexandre Costa.